

Republicado por incorreção

Acórdão nº 9.392/2016/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 16.235.2012-90-TCE (C/ 02 Volumes e 05 Anexos)

ASSUNTO: Prestação de Contas do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, exercício de 2011.

RESPONSÁVEL: Senhora **Sawana Leite de Sá Paulo Carvalho**

RELATOR: Conselheiro **Antônio Jorge Malheiro**

Prestação de Contas. Departamento Estadual de Trânsito. Inconsistência do Inventário dos Bens Móveis e Imóveis. Registro no Ativo Permanente como bens imóveis, as benfeitorias realizadas em imóveis do Governo do Estado. Divergência entre as entradas e saídas do relatório de inventário de Bens Móveis com o Demonstrativo das Variações Patrimoniais. Ausência de esclarecimento em notas explicativas da desincorporação de Bens Móveis e da respectiva documentação que as justifique. Fracionamento de despesa, mero lançamento dos valores em um único elemento de despesa ou classificação orçamentária, obras em local, tempo e objeto diferentes, descaracterização. Contratação direta de pessoal, valor de pequena monta, para exercer atividade fim do órgão (campanha educacional de trânsito), por curto período, sem contrato e sem licitação. Execução do contrato fora do prazo de vigência. Regularidade com Ressalvas.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator, com o voto da Presidenta para completar o quórum, considerar **regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, exercício orçamentário e financeiro de 2011, de responsabilidade da Senhora **Sawana Leite de Sá Paulo Carvalho**, **valendo como ressalvas:** **a)** inconsistência do Inventário dos Bens Móveis e Imóveis, em face das Taxas de depreciação utilizadas serem divergentes daquelas previstas no Decreto Estadual nº 12.672/2005; **b)** registro no Ativo Permanente como bens imóveis, as benfeitorias realizadas em imóveis do Governo do Estado; **c)** divergência entre as entradas e saídas do relatório de inventário de Bens Móveis com o Demonstrativo das Variações Patrimoniais; **d)** ausência de esclarecimento em notas explicativas da desincorporação de Bens Móveis e da respectiva documentação que as justifique; **e)** contratações diretas de pessoal de pequena monta para exercer atividade fim do órgão (campanha educacional de trânsito), por curto período, sem contrato e sem licitação; e **f)** execução do contrato nº 021/2007, fora do prazo de vigência. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. **A**

(Acórdão nº 9.392/2016/Plenário-TCE/AC – Fl. 02 de 02)

Excelentíssima Senhora Auditora Substituta de Conselheira Maria de Jesus Carvalho de Souza julgou-se suspeita para votar neste processo, com fulcro no inciso VIII do art. 49 do RITCE/AC (Resolução TCE/AC nº 30/96) c/c o art. 12 da LCE nº 38/93. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros José Augusto Araújo de Faria, Antonio Cristovão Correia de Messias e Ronald Polanco Ribeiro.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 07 de janeiro de 2016

Conselheira NALUH MARIA LIMA GOUVEIA
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro ANTÔNIO JORGE MALHEIRO
Relator

Fui presente:

MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC